

A TECNOLOGIA COMO SOLUÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO E O ACESSO À INFORMAÇÃO?

Abordagens a partir do banco de dados geoprocessados do Centro de Referência e Pesquisa em Ciências Humanas (CRPCH): um diálogo com a Museologia Social

Carlos Magno Guimarães^{*}

Luana Carla Martins Campos Akinruli^{**}

Samuel Ayobami Akinruli^{***}

Resumo

Tendo por objetivo a preservação, organização e o acesso ao acervo arqueológico sob a guarda permanente do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG e do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG), as ações desenvolvidas na conformação do Centro de Referência e

^{*} Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Antônio Carlos, 6627, Caixa Postal 253, sala 2015, Cidade Universitária, Pampulha, Belo Horizonte, MG, CEP: 31270-901; carlosmagnoguimaraes@yahoo.com.br. Arqueólogo e historiador, coordenador do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG e do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG), professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

^{**} Instituto de Inovação Social e Diversidade Cultural (INSOD), Rua Ernesto Braga, nº 70, Santa Amélia, Belo Horizonte, MG, CEP:31.555-040; luanacampos@insod.org. Arqueóloga, antropóloga e historiadora, coordenadora de projetos e pesquisas do Instituto de Inovação Social e Diversidade Cultural (INSOD), pós-doutoranda em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

^{***} Instituto de Inovação Social e Diversidade Cultural (INSOD), Rua Ernesto Braga, nº 70, Santa Amélia, Belo Horizonte, MG, CEP:31.555-040; ayobami@insod.org. Economista e especialista em geoprocessamento, diretor de gestão de inovação do Instituto de Inovação Social e Diversidade Cultural (INSOD), doutorando em Ciência da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Pesquisa em Ciências Humanas (CRPCH) dizem respeito a um quarto de século de pesquisas arqueológicas desenvolvidas na UFMG. Nos procedimentos teóricos e práticos desenvolvidos nessa experiência, serão postos em evidência neste texto alguns pontos em destaque, como a questão relacionada à organização e ao acesso à informação por meio do uso da tecnologia, especificamente através do geoprocessamento, o que promove a divulgação científica, a ampliação de audiências e ações de cunho colaborativo.

Palavras-chave: Arqueologia; Museologia; Gestão de Acervo; Geoprocessamento.

Introdução

O Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais foi implantado em 1995 para desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão na área da Arqueologia Histórica, voltadas inicialmente para temas relacionados à sociedade mineira a partir do início da colonização, em fins do século XVII, até o tempo presente. Pelos resultados de décadas de pesquisa e pela ampliação do seu escopo e território de atuação, consolida-se como Centro de Referência e Pesquisa em Ciências Humanas (CRPCH), de modo a promover ações com vistas também à salvaguarda de seu acervo, acesso e divulgação do conhecimento científico.

Nesse sentido, iniciativas de inventário, organização e musealização das suas coleções têm estado no horizonte de atividades, que contemplam a inovação tecnológica. Merece referência a produção de uma plataforma digital que não só permite acesso a uma interface do banco de dados com informações dos projetos desenvolvidos pelo Laboratório, como também o geoprocessamento das informações (desse banco de dados), o que inclui a geolocalização dos sítios arqueológicos espacialmente inseridos nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Assim, por meio da democratização do acesso às informações científicas, fomentam-se exposições e reflexões sobre a natureza dos vestígios, a implantação dos sítios arqueológicos, a heterogeneidade das coleções decorrentes, bem como a recepção desse conhecimento pelas audiências.

De forma a integrar as informações produzidas ao longo de um quarto de século, são também promovidas reflexões sobre as práticas contemporâneas de gestão de acervos e coleções universitárias, discussões pautadas na Museologia Social, e a relevância do entendimento do CRPCH como um espaço de formação, não somente para pesquisadores e estudantes, como para o público não-universitário. Nos processos de mediação e apropriação do conhecimento sobre o patrimônio material e, em decorrência sobre a imaterialidade das práticas culturais, existe ainda a preocupação com as formas

possíveis de assegurar a divulgação da diversidade cultural do Brasil, de forma a eliminar as barreiras sobre o conhecimento arqueológico e promover o entendimento das múltiplas representatividades dos grupos sociais formadores da sociedade brasileira em diálogo interdisciplinar.

Georreferenciando coleções, inventariando acervos arqueológicos

O Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que foi criado em 1995 pelo professor/coordenador Carlos Magno Guimarães, desenvolve pesquisas arqueológicas dedicadas ao campo da Arqueologia Histórica. Tem o objetivo de promover investigações de caráter científico que contribuam para o conhecimento da sociedade através de pesquisas interdisciplinares que tenham a arqueologia como base. Consta também de uma extensão de atividades no Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).¹

Dentre suas principais linhas de atuação constam discussões sobre a teoria e método em Arqueologia Histórica, com enfoque para temas como a Arqueologia da Diáspora Africana e dos Quilombos, Arqueologia da Mineração, Arqueologia do Campesinato, Arqueologia Ambiental, Arqueologia da Inquisição e Arqueologia da Inconfidência. Tratam-se, em grande medida, de diálogos vertidos para a sociedade colonial e imperial, cujos vestígios materiais promovem reflexões que contemplam, ainda, as políticas culturais de preservação do patrimônio arqueológico na contemporaneidade.

Um dos objetivos do projeto em execução se relaciona à promoção e atualização de um inventário sistemático a partir de uma discussão crítica dos procedimentos de catalogação, das indicações de conservação, controle e divulgação do acervo, de modo a refletir sobre o histórico de composição das coleções e de que forma o processo de inventário dialoga com os diversos níveis de temporalidades e espacialidades das áreas pesquisadas pelos projetos. Isso tendo em vista que se faz necessário atuar na divulgação do conhecimento científico e, para tanto, o recurso às ferramentas

¹ Para maiores informações sobre o desenvolvimento das atividades do Centro Especializado de Arqueologia Histórica, e mesmo sobre os meandros históricos da pesquisa em arqueologia na UFMG a partir do MHNJB em encontro à Fafich, conferir o artigo (GUIMARÃES, Carlos Magno; MORAIS, Camila Fernandes de. O Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB da UFMG. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 281-296, 2014). Centrado na Arqueologia Pré-Histórica, verificar pequena nota sobre o movimento de inflexão das pesquisas para a Arqueologia Histórica na UFMG consta do artigo (PROUS, André. As Muitas Arqueologias das Minas Gerais. *Revista Espinhaço*, v. 2, n. 2, p. 36-54, 2013).

tecnológicas – o que inclui uma plataforma digital de divulgação científica – foi uma das escolhas possíveis e necessárias no contexto do acervo do Laboratório de Arqueologia Histórica da Fafich/UFMG, vislumbrando tanto a ampliação do acesso aos usuários e reflexão sobre os acervos e coleções, quanto à relevância da documentação como um registro de memória também dos processos científicos e da própria instituição de guarda.²

Para tanto, a conformação do Centro de Referência e Pesquisa em Ciências Humanas (CRPCH) foi necessária não somente para gerir o acervo resultante de quase 25 anos de pesquisas científicas com, pelo menos, 30 projetos de pesquisa de grande envergadura desenvolvidos ao longo do tempo, como também a fim de promover o espaço como referência no campo da Arqueologia Histórica nacional e internacionalmente, de forma a incentivar discussões e ações em torno do conhecimento, acesso, preservação e pesquisa em acervos arqueológicos.

Inicialmente, quatro principais eixos têm sido desenvolvidos de maneira concomitante, contudo modelados em compassos relacionados aos grandes desafios intrínsecos ao volume de informações e nível de organização desejado, associados às questões estruturais como a disponibilidade de mão de obra e de recursos financeiros. Os eixos são:

- a) Memória Institucional do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG e do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG): criação de uma linha de tempo dos projetos desenvolvidos ao longo dos anos, com indicação da equipe envolvida, bem como dos resultados alcançados e acervos resultantes; pesquisa, organização e disponibilização da produção bibliográfica decorrente das pesquisas científicas realizadas, bem como do acervo bibliográfico e arquivístico existente; discussão das linhas temáticas de atuação da instituição; planejamento, produção e execução de registros de memória (vídeos, pílulas-textuais, livros, eventos científicos, etc.).

² A pedido da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), recentemente (2019) foi desenvolvida e lançada a plataforma ARQ-GEO, cujo objetivo é reunir informações importantes sobre a formação profissional da arqueologia no Brasil. Por meio da programação criada e disponível on-line (<https://arggeo.insod.org/en>) é possível pesquisar informações estatísticas e utilizar ferramentas de geolocalização sobre os cursos de arqueologia no Brasil. Além de um balanço sobre o campo da arqueologia no Brasil, em seus aspectos institucionais de formação profissional e que indicam sobre as áreas (temáticas e geográficas) de concentração da pesquisa em arqueologia no país, o Projeto ARQ-GEO ressaltou discussões sobre os procedimentos de acesso à informação em uma ação voltada à memória social do conhecimento, de forma a promover um diálogo interdisciplinar entre a arqueologia e seus campos afins, fundamentalmente entre o Geoprocessamento e as Ciências da Informação.

- b) Gestão do acervo arqueológico: revisão da organização prévia existente dos acervos dos projetos e pesquisas desenvolvidos; revisão da identificação, quantificação e da disposição do acervo em coleções; readequação do inventário prévio, com quantificação e organização dos dados produzidos pelas pesquisas do Laboratório a partir do tratamento dos dados digitais e impressos; criação, validação e preenchimento das fichas padrão de inventário (Ficha Projeto Arqueológico, Ficha Sítio Arqueológico, Ficha Acervo Arqueológico); revisão inventário; discussão e criação de políticas de acesso e gestão por meio da versão final do plano museológico da instituição.
- c) Produção e atualização dos sites, mídias sociais e plataformas digitais: debates, reflexões e realizações dedicados à divulgação, construção de textos e identidade visual; domínio e hospedagem de conteúdo; testes, avaliação e manutenção da programação.
- d) Georreferenciamento do conhecimento arqueológico: mapeamento dos projetos, sítios, acervos e informações produzidos pelas pesquisas desenvolvidas; criação e validação da ficha padrão do banco de dados em sistema MySQL (*open source*); tratamento dos dados (acervo digital); programação, alimentação e atualização da plataforma digital.

São muitos os desafios associados às práticas de gestão de acervos arqueológicos e, contemporaneamente no Brasil, tais debates têm sido ampliados por meio, por exemplo, da constituição de fóruns e grupos de pesquisa, na realização de eventos interdisciplinares sobre a temática, ou por meio da criação de documentos de referência a exemplo de protocolos e manuais de conservação/documentação.³ É um movimento também fomentado pelo IPHAN no aspecto de identificar, quantificar, avaliar e fiscalizar

³ Ver, por exemplo, o GT SAB Acervos que juntamente com a Rede de Museus e Acervos Arqueológicos (REMAAE), acabou de realizar o III Fórum de Acervos Arqueológicos em Belo Horizonte (2019), tendo o primeiro encontro realizado em Ouro Preto (2017) e o segundo no Rio de Janeiro (2018). Experiência ainda anterior, devemos fazer referência ao Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico realizado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) que na atual quinta reunião (2019) promove diálogos a partir do Rio de Janeiro desde o ano de 2013. Cf. CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; GRANATO, Marcus. *Anais do IV Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016. CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; GRANATO, Marcus. *Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017. Acervo da SAB. *Recomendações de Ouro Preto/Abril – 2017 – Fórum de Arqueologia da SAB – Acervos Arqueológicos*. *Revista Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 02-05, 2017.

Trata-se de encontros que fomentam a troca de experiências aplicadas à gestão de acervos arqueológicos, sejam elas já consolidadas ou em fase de implantação, com discussão ampliada sobre os manuais, práticas de documentação, protocolos de ingresso, extroversão e conservação nas instituições, de forma a congregar um público diverso formado por representantes das instituições de guarda e pesquisa em acervos arqueológicos, profissionais autônomos, equipes prestadoras de serviço em arqueologia, conservação e museologia, além de estudantes de diversos campos do conhecimento, sendo que a maioria dos participantes desses eventos está diretamente inserida na preservação do patrimônio arqueológico brasileiro.

as instituições de guarda dos acervos arqueológicos no país, responsáveis pelos endossos institucionais, cujos dados ainda têm sido conformados e atualizados em um banco de dados nacional.⁴

No bojo das grandes possibilidades aventadas pelas discussões decorrentes das práticas de salvaguarda – conservação e documentação – dos acervos arqueológicos que, em grande medida, estão associados à elaboração de recomendações e diretrizes para os processos de ingresso de acervos arqueológicos em instituições de guarda e pesquisa, envolvendo práticas cotidianas que vão desde a coleta até o acondicionamento de bens e coleções, ressalta-se aqui um aspecto específico e intrínseco a tais práticas. Em nosso caso particular, além dos grandes desafios experienciados no cotidiano das ações de produção do conhecimento e acautelamento dos bens arqueológicos, têm-se ainda as discussões sobre o trabalho colaborativo, vinculados ou não a outras pesquisas existentes no campo do conhecimento científico, mas que também dialoguem e promovam aproximações com as comunidades, seus vínculos e práticas com os territórios aos quais os acervos possam estar associados.

Assim, uma das questões ventiladas em relação ao nosso acervo e às nossas práticas de preservação, diz respeito ao interesse em se promover redes de informação e interação das audiências, em uma perspectiva teórico-prática dedicada à divulgação científica, com reflexões sobre as experiências de transmissão, apropriação e recepção da informação. E, nesse panorama, é feita a pergunta se as tecnologias podem fomentar os processos de comunicação que, de forma permanente, estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano.

A Museologia Social no horizonte de expectativas e de ações: desafios e possibilidades sobre as práticas de memória

Há de se destacar que a “memorização pelo inventário, pela lista hierarquizada não é unicamente uma atividade nova de organização do saber, mas um aspecto da organização de um poder novo” (LE GOFF, 1990, p. 436). Segundo Le Goff, esses procedimentos de memória artificial que usam recurso ao escrito como suporte da memória estiveram muito ligados às atividades de realeza desde os tempos dos egípcios. Mas, foi com os gregos, que se deu uma transposição da memória individual basicamente oral para a coletiva, por meio da contribuição de uma história de um grupo

⁴ CADASTRO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE GUARDA E PESQUISA (CNIGP/IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1429>. Acesso em: 03 de set. 2019.

social que conquistava seu passado coletivo por meio da escrita. Inicialmente divina, para depois laicizada tal memória. Adiciona-se a esse debate a menção à revolução da imprensa no século XV e, recentemente, a nova revolução documental promovida pelo aparecimento de um “novo tipo de memória” que, de acordo com Le Goff, em grande medida, foi potencializado pelo computador e pelas possibilidades de criação de bancos de dados, o que estendeu as possibilidades do ato de rememorar (LE GOFF, 1990, p. 469).

Dito de outra forma, a memória que celebra o patrimônio cultural, em grande medida uma memória oficial e oficiosa, está muito ligada a certos interesses e desejos de se construir, ainda hoje, uma determinada representação e uma memória coletiva de coesão social, seja nacional, política ou religiosa (DURKHEIM, 1999). A memória tem muito a ver não somente com o passado, mas com a identidade e a própria persistência do porvir. A identidade de um grupo – as suas diferenças em relação a outros grupos – é construída por meio de um conjunto de representações, imagens e simbologias apreendidas pelos sentidos, pelas representações, pela memória. A memória, portanto, funciona de forma ativa na reconstrução do passado através de suas experiências anteriores, e interfere nas formas de interpretação da realidade. O não entendimento das estratégias específicas do repertório da memória é também um dos resultados do contexto de modernidade que tende a desfazer o antigo em detrimento do novo, o que gera ondas de nostalgia e de salvaguarda daquilo que represente o tempo perdido. Mas que represente o que é relevante para quem está na situação de poder e de autoridade definir que é relevante.

Em nossa contemporânea *memorylands*, a sensação é de perda, de um vazio que só pode ser preenchido pela admiração mítica da coisa antiga, pela atração irresistível aos centros históricos e construções pretéritas, e pelo incremento turístico provocado pelos museus e, claro, que mobilizam grandes esforços no aspecto de um uso bastante conveniente da cultura (MACDONALD, 2013; YÚDICE, 2004). Pierre Nora chegou a tratar desse panorama como uma aceleração da história que, para além de metáfora, tratar-se-ia de “uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – ruptura do equilíbrio”. Até arrematar concluindo que se fala “tanto de memória porque ela não existe mais”.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda a memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade

torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 7)

Apesar de certo pragmatismo de Pierre Nora, defende-se a premissa da plasticidade da sociedade que sempre produz formas criativas de inovar. E, nesse aspecto, há diversas lutas sociais que pretendem e trazem à tona diversas outras narrativas memorialísticas e, portanto, patrimoniais que procuram representar outras e diversas identidades. Nesse contexto se inserem discussões bastante contemporâneas sobre a ampliação e recepção das audiências.

Preservar é a reação à altíssima velocidade destrutiva da modernidade e da pós-modernidade pautada na amnésia generalizada dos sujeitos fragmentados que tentam estabelecer laços identitários com os lugares. Os museus, arquivos e instituições de guarda de acervos, nesse sentido, revelam as tensões e contradições entre a necessidade de esquecer e o desejo de lembrar, de modo que os procedimentos museológicos são marcados por recortes e critérios de seleção bastante específicos. Porém, “o que é mais importante, neste caso, é o reflexo da implantação do museu sobre a vida e crescimento da cidade. O conteúdo de seu acervo é intrinsecamente vinculado à memória da comunidade” (CAMPELLO, 1994, p. 120).

A onda de musealização da qual nos aponta Huyssen, vai de encontro a essa tendência, uma vez que “é um efeito direto da modernização e não um acontecimento à sua margem ou fora dela. Não é o sentido seguro das tradições que marcam a origem dos museus, mas a sua perda combinada com um desejo profundo pela (re)construção” (HUYSEN, 1994, p. 36). Neste aspecto, as noções de patrimônio cultural e museus nascem em perspectiva análoga.

É também nesse movimento que toma fôlego uma obsessão contemporânea pelas ruínas, que reflete o protagonismo contemporâneo da nostalgia entendida como um “anseio de algo muito distante ou que ficou no passado” (HUYSEN, 2014, p. 91), o que é capaz de valorar escombros de modo a transformá-los em ruínas, passíveis de serem consumidas. A busca pelas ruínas expõe a saudade de uma era anterior e a extinção de uma capacidade criativa do “poder de imaginar outros futuros. Ao passo que a persistência da nostalgia expressa a emergência de novos sentidos de temporalidade que na pós-modernidade, reflete em assimetrias radicais entre presente, passado e futuro, e em uma visão de mundo pautada em noções lineares de progresso e em concepções radicais a respeito da irreversibilidade do tempo. E deve ser, por assim dizer,

que Michaela Giebelhausen indicou que o “museum has always had a special and controversial relationship with time and history” (GIEBELHAUSEN, 2012, p. 234).

Entre la aceleración del tiempo y la vocación memorialista hay coincidencias. Precisamente la aceleración produce el vacío de pasado que las operaciones de la memoria intentan compensar. El nuevo milenio se abre sobre esta contradicción entre un tiempo acelerado que impide el transcurrir del presente, y una memoria que busca dar solidez a ese presente fulminante que desaparece comiéndose a sí mismo. (SARLO, 2001, p. 98)

Andreas Huyssen na obra já citada *Culturas do presente-passado* (2014) discorre sobre aspectos intrínsecos à política da memória e seu contemporâneo processo de transnacionalização em oposição ao momento anterior de uma política global dos memoriais. Para tanto, o autor reflete de maneira mais abrangente sobre o “surto de expansão da memória” (HUYSEN, 2014, p. 239) por meio da comparação entre dois grandes memoriais – o Monumento aos Judeus Assassinados da Europa em Berlim e o Memorial do 11 de Setembro em Nova Iorque.

Essa dimensão política da comemoração foi acompanhada, no Ocidente, por uma transição mais generalizada da crença dominante no futuro da modernização para um investimento muito difundido no passado, através de ondas de nostalgia e moda retrô. Para alguns, essa obsessão recente com a memória marca uma necessidade crescente de historicidade num mundo de obsolescência planejada, bem como no presente em eterna expansão da cultura de consumo. (...) Na verdade, a própria memória pode tornar-se uma mercadoria a ser colocada em circulação por uma indústria voraz da cultura, sempre em busca de novos floreios. (HUYSEN, 2014, p. 239)

Doravante, neste contexto atual de relevância concedida à memória – com seu poder de conhecimento e de produção de esquecimentos –, devemos ressaltar a dimensão informacional do patrimônio e de seus acervos, considerando a própria informação como um patrimônio (FERNÁNDEZ-ABALLÍ, 2009). Na área da Ciência da Informação, a questão do patrimônio já foi tratada como “novas roupagens” do campo que reflete, em grande medida, “novos recursos, novos enfoques, novas técnicas, novas dimensões, novas necessidades, novos aparatos, mas fundamentalmente, de novos conceitos e, conseqüentemente, de novas abordagens e novos ângulos de análise” (SILVA; BARROS, 2009, p. v). Conforme ressaltado, em outra medida, as próprias informações são consideradas “patrimônio da humanidade (ou de um grupo social)” (SILVA; BARROS, 2009, p. v), posto que confirmam um patrimônio informacional precioso.

Como patrimônio material ou imaterial, a herança recebida ou o legado a ser deixado em termos de informação (fator potencial de conhecimento)

dependem não só da memória para se constituir, envolvendo imaginário, valores, cultura, etc., mas também da preservação que lhe seja dedicada, inclusive da segurança vigilante e adequada a cada caso ou evento. (SILVA; BARROS, 2009, p. vii)

Como bem ressaltado por Isidro Fernández-Aballí, o século XX – e incluímos também o século XXI, após o dramático incêndio do Museu Nacional no Rio de Janeiro em setembro de 2018 – viveu o dramático auge de uma perda da memória coletiva através da sua destruição consciente por parte, especialmente, “de gobiernos partidários de determinadas tendências políticas que desearon borrar el pasado y modificar la historia a su conveniencia, o de conflictos bélicos, o de desastres naturales” (FERNÁNDEZ-ABALLI, 2009, p. 5). Tal premissa parece ser contraditória em um contexto de ampliação das tecnologias informacionais em que deveriam facilitar as formas de preservação de documentos, memórias e histórias. Contudo, expõem-se, nesse ponto, os usos muito estratégicos das políticas de acesso à informação e de preservação os acervos, nas quais a inépcia administrativa é uma estratégia consciente atual de governabilidade.

A atenção é evidente quanto à “preocupação com a integridade física desses patrimônios culturais coletivos”, compostos de bens imóveis e móveis, materiais e imateriais “selecionados por serem considerados preciosos e insubstituíveis” (FONSECA, 2009, p. 24). Maria Cecília Fonseca defende, pois, que é preciso tratar as fontes primárias de informações como parte insubstituível da diversidade cultural da humanidade, uma vez que

se não forem objeto de alguma forma de preservação, delas não restará nem a memória e desaparecerão, sem deixar traços, juntamente com as circunstâncias e as sociedades que as produziram. Esse processo de perda, que atinge igualmente espécimes da fauna e da flora, acarreta também a perda de informações que sequer chegamos a alcançar. (FONSECA, 2009, p. 24)

Ela adiciona, ainda, o fato que no caso do patrimônio imaterial, há questões mais explicitamente complexas que se relacionam ao fato de o registro informacional daquele bem cultural ser realizado em um determinado momento histórico e que, assim, cristaliza um determinado momento de sua trajetória.⁵ A transformação “é muitas vezes o pré-requisito para a sobrevivência de certos processos culturais”, ao passo que também é

⁵ Sobre essa questão ressalta-se que no caso do Inventário Nacional de Referências Nacional (INRC), por exemplo, a cada dez anos o bem registrado em nível nacional como patrimônio imaterial pelo IPHAN, passa por um novo estudo de análise, visando a atualização do conhecimento sobre o bem, seu estado de conservação e as propostas de acautelamento. Cf. Decreto nº 3.551/2000. Maria Cecília Fonseca ainda problematizou sobre o fato de que o “tratamento dos dados e informações levantados nos inventários é sem dúvida um ponto da maior importância, pois não basta produzir informações. A criação de um banco de dados está prevista no Decreto 3.551/2000, mas o formato desse banco ainda está por ser definido”. In: (FONSECA, 2009, p. 28-29).

promotor de seu desaparecimento, uma “consequência natural e inevitável da mudança. Mas, a documentação desses processos, ainda que limitada, pode constituir um valioso repertório de informações que venham a ser útil para os projetos futuros desses grupos sociais” (FONSECA, 2009, p. 25-26). E que, por seu turno, por se tratar de um bem de uma coletividade, os usos e a divulgação de informações não podem ser feitos sem o consentimento e a participação dos produtores e transmissores desse patrimônio, ou melhor, deveriam ter o coletivo como protagonismo nesse processo informacional.⁶

Como ressaltou Alcenir dos Reis, é preciso também “explicitar o conceito de informação que norteia essa discussão, haja vista a existência de múltiplas formulações no que concerne ao entendimento do mesmo”. No âmbito das discussões sobre o patrimônio imaterial e a informação, ela parte da premissa que informação “é compreendida como um produto social e que a mesma se encontra perpassada pelas dimensões de historicidade, totalidade e contradição” (REIS, 2015, p. 108). Assim, a noção de informação se relaciona ao resultado das relações entre os homens, uma relação dinâmica e contraditória de construção de significados no e para o presente, subjacente às distintas relações de poder a sociedade, que autoriza – ou desautoriza – determinados discursos.

A questão presente ao diálogo entre Ciência da Informação, memória e patrimônio no que tange às expectativas foi retomado por Vera Dodebei no aspecto “de uma reconciliação entre arquivo e repertório ou inventário, podemos dizer que convivemos então com memórias do presente incorporadas, vivas e em constante transformação, e com memórias do passado registradas e armazenadas em arquivo”, quase um aforismo ao fato de “que o esquecimento tem duas formas de se manifestar – ativa e passiva – a memória também apresenta essa tensão entre esquecer intencionalmente e casualmente”. As instituições dedicadas à memória, nesse aspecto, “permitem não a reconstrução do passado, mas a construção de novas narrativas, novas memórias” (DODEBEI, 2015, p. 47). Isso, porque segundo a autora, uma contribuição do campo da Ciência da Informação para o debate, é promover que a noção de patrimônio deve ser contemplada em “todas as suas dimensões (arquivística, biblioteconômica e museal)” (DODEBEI, 2015, p. 53).

Contudo, diante das questões contemporâneas que se mostram imperativas em relação ao reconhecimento do outro, de seus direitos e de suas liberdades, da participação das

⁶ Segundo Letícia Julião, os inventários, tombamento e registros realizados com a efetiva participação das populações detentoras do patrimônio, ocasionam também em novas formas de se pensar as práticas museológicas (REIS; FIGUEIREDO, 2015, p. 94-95).

audiências, do público e das comunidades nos processos não somente de recepção mas produção do conhecimento há uma discussão cada dia mais vigorosa no campo da museologia no aspecto referente aos enfrentamentos de um colonialismo intrínseco a determinadas práticas de colecionismo, nos dispositivos de exposição, nas narrativas ali preservadas. Tal discussão se insere de forma mais vigorosa no campo em que se conformou como Museologia Social e/ou Ecomuseologia, que perpassa pela questão essencial da responsabilidade social do museólogo na contemporaneidade. Sob o viés da Museologia Social, o conhecimento produzido sobre o passado é também sobre o presente, e pretende contribuir para práticas cada vez mais abertas, críticas, reflexivas, heterogêneas, e mais bem preparadas em termos teórico-metodológicos.⁷

Sob este ponto de vista, as práticas museológicas são entendidas como atividades de relevância social e partem das políticas públicas destinadas à inclusão e à diminuição das desigualdades. E a Museologia Social teria como premissa básica a concepção de ser uma ferramenta de luta pela conquista da cidadania. A promoção do diálogo entre a produção científica e a prática social dos museólogos, de modo a inserir o profissional no contexto social e político no qual vive, é outra importante proposição. Discutir e evidenciar necessidades de se desenvolver estudos voltados para a investigação de problemas que remetam às inquietações e aos desafios das práticas do tempo presente. Além disso, cabe ressaltar que os pressupostos da Museologia Social se aplicam aos estudos do patrimônio e da memória de forma contundente, posto seu interesse na compreensão da dinâmica contemporânea com vistas a construir estratégias de intervenção na realidade.

Considerações finais

A abordagem proposta nesse texto teve o propósito de eleger alguns pontos de reflexão em torno das ações de preservação, organização e o acesso ao acervo arqueológico sob a guarda permanente do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, de modo que não esgota as possibilidades de discussões. Aliás, fomenta a troca de experiências com outros lugares de memória sobre a forma como lidam com seus acervos, coleções, exposições, estruturas e as novas práticas de museologia com o intuito de identificar o nível de envolvimento da sociedade, as representações sociais e os usos sociais de seus acervos e instituições. Outras possibilidades dizem respeito aos grandes desafios do entendimento sobre um conjunto de experiências e vivências que conformam uma

⁷ André Desvallées e François Mairesse (2013) afirmam que o termo Museologia Social foi inserido e debatido no contexto português e na mesa redonda de Santiago do Chile em 1972.

determinada história e memória junto a uma coletividade e/ou seus usuários, narrativas que podem ser contadas pelos acervos arqueológicos.

As relevâncias construídas nos procedimentos de seleção, categorização dos acervos conjugados a determinados regimes de valor, de forma a convergir artefatos em bens consagrados por meio de uma lógica colecionista, manifestam também expressões culturais e modos de se fazer a salvaguarda em determinado momento histórico. Um dos caminhos encontrados em nossa experiência diz respeito ao uso das tecnologias relacionada à organização e acesso à informação, pelos procedimentos de geoprocessamento que, em um possível diálogo com ações colaborativas, tende a verter de forma mais ampliada para os debates sobre as cartografias sociais.

Referências

Acervo da SAB. Recomendações de Ouro Preto/Abril – 2017 – Fórum de Arqueologia da SAB – Acervos Arqueológicos. *Revista Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 02-05, 2017.

AZEVEDO NETTO, C. X. de (Org.). *Informação, Patrimônio e Memória: diálogos interdisciplinares*. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

CADASTRO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE GUARDA E PESQUISA (CNIGP/IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1429>. Acesso em: 03 de set. 2019.

CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, 1994.

CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; GRANATO, Marcus. *Anais do IV Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016.

CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; GRANATO, Marcus. *Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DODEBEI, Vera. Tempos Memoriais e patrimoniais: notas de pesquisa sobre memória e informação. In: NETTO, Carlos Xavier de Azevedo (Org.). *Informação, Patrimônio e Memória: diálogos interdisciplinares*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015. p. 44-64. Disponível em: https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/07/texto-4_-informac3a7c3a3o-patrimc3b4nio-e-memc3b3ria.pdf. Acesso em: 17 jan. 2020.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. [1893]

FERNÁNDEZ-ABALLÍ, Isidro. La información como patrimonio. In: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. de (Org.). *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. p. 1-22. Disponível em:

https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf. Acesso em: 17 jan. 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Informação e patrimônio imaterial. In: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. de (Org.). *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. p.23-30. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf. Acesso em: 17 jan. 2020.

GIEBELHAUSEN, Michaela. In the museum's ruins: staging the passage of time. In: MACLEOD, Suzanne; HANKS, Laura Hourston; HALE, Jonathan (Eds.). *Museum Making: narratives, architectures, exhibitions*. London; New York: Routledge, 2012. p. 234-246.

GUIMARÃES, Carlos Magno; MORAIS, Camila Fernandes de. O Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB da UFMG. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 281-296, 2014.

HUYSEN, Andreas. Escapando da Amnésia. O museu como cultura de massa. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, 1994.

HUYSEN, Andreas. A nostalgia das ruínas. In: HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014. p. 91-114.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LIMA, Tânia Andrade. Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, v. 6, n.1, p.11-23, 2011.

MACDONALD, Sharon. *Memorylands: heritage and identity in Europe today*. Londres; New York: Routledge, 2013.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, dez.1993.

PARDI, Mara Lucia Franco. *Gestão de patrimônio arqueológico, documentação de política de preservação*. Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural, Universidade Católica de Goiás, 2002.

Projeto ARQ-GEO. Disponível em: <https://arqgeo.insod.org/en>. Acesso em: 03 set. 2019.

PROUS, André. As Muitas Arqueologias das Minas Gerais. *Revista Espinhaço*, v. 2, n. 2, p. 36-54, 2013.

REIS, Alcenir Soares dos. Informação e patrimônio cultural: aproximações. In: REIS, Alcenir Soares dos; FIGUEIREDO, Betania Gonçalves (Org.). *Patrimônio Imaterial em perspectiva*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 107-128.

SARLO, Beatriz. *Tiempo Presente: notas sobre el cambio de uma cultura*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2001.

SILVA, Helen de Castro, BARROS, Maria Helena T. C. de (Org.). *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009.

SILVEIRA, João Paulo Borges da. Tendências da produção científica brasileira sobre patrimônio cultural na Ciência da Informação. *RACIn*, v. 05, n. 01, p. 07-23, jan./jun.2017.

SOUSA, Rosilene P. M. de; OLIVEIRA, Bernardina M. J. F. de; NETTO, Carlos X. de A. Informação e patrimônio cultural: uma definição jurídica de informação patrimonial. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 20, n. 03, p. 101-115, jul./set.2015.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.